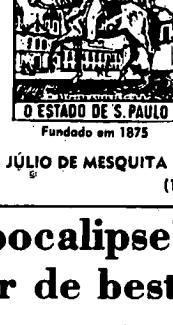


18 FEV 1987

JORNAL DA TARDE Econ-Brasil

jornal da tarde

Publicado pelo S.A. O Estado de S. Paulo
Av. Engenheiro Castano Álvares, 55, tel.: 856-2122 (PABX).



JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

José Vieira de Carvalho Mesquita
Júlio de Mesquita Neto
Luiz Vieira de Carvalho Mesquita
Ruy Mesquita
César Táctico Lopes Costa
José M. Homem de Montes
Oliveiros S. Ferreira

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

A "besta do Apocalipse" quer "nos fazer de bestas"

Assolada durante quase um ano pelas loucuras cometidas em nome de um suposto programa de estabilização dos preços, a economia brasileira começa a remover o gesso do artificialismo, mas ainda está longe de livrar-se totalmente de seus efeitos perversos, que permitem todos os setores de atividade. O processo de realinhamento dos preços pelas forças do mercado mal começou e deverá continuar por muito tempo ainda, já que cada correção de preço gera uma série de outras, principalmente nos setores produtores de insumos e bens intermediários. Mesmo assim a inflação de janeiro (16,3%) foi a maior de nossa história, provocando novo salto das expectativas, pois já se espera para fevereiro um índice da ordem de 18%.

Na verdade, a economia brasileira ainda não conseguiu recuperar-se da desorganização criada pela "experiência heterodoxa" (leia-se pela fúria intervencionista da Nova República). Na área produtiva, há falta de matérias-primas e bens intermediários, fato que obriga muitos setores a operar em escala reduzida ou até a paralisar temporariamente as linhas de montagem, comovendo acontecendo em diversas unidades da indústria automobilística. A anarquia dos preços relativos é tamanha que serão necessários alguns meses para restaurar o equilíbrio. E, para reforçar esse movimento ascensional dos preços, continua em vigor o famigerado "gatilho-salarial", que, graças à demagogia irresponsável de nossos políticos profissionais, logo estará proporcionando reajustes mensais para todas as categorias profissionais, pois a taxa mensal de inflação já beira os 20% ao mês, o que torna nulas todas as esperanças de conter a inflação.

Também estão em vigência outros artigos do Decreto-Lei nº 2.284, entre eles o que proíbe as cláusulas de reajuste de preços nos contratos com prazo inferior a um ano, como se estivéssemos nos dias da "inflação zero". Um pequeno texto de algumas linhas (que as autoridades econômicas já deveriam ter removido) está provocando uma situação desesperadora, por exemplo, nas empresas de engenharia industrial, responsáveis por elevado número de obras públicas vitais para o País, como o "linhão" de transmissão da usina hidrelétrica de Itaipu, os metrôs de São Paulo e do Rio de Janeiro e a produção de petróleo da Bacia de Campos. Este importante setor de atividade, que dá empregos a 300 mil pessoas, está na iminência de paralisar totalmente as obras e demitir 100 mil empregados.

Reconhecendo as dificuldades de seus fornecedores,

a Petrobrás viu-se forçada a retardar as compras de materiais e equipamentos, além de aceitar a suspensão temporária de contratos de prestação de serviços. A própria Petrobrás está sendo prejudicada pela impossibilidade de corrigir os preços dos derivados do petróleo, amargando em silêncio um prejuízo diário de US\$ 3 milhões!

Completando o quadro, há a alarmante situação cambial a que chegamos. Afirma-se extra-oficialmente que as reservas brasileiras de moedas fortes não chegam aos US\$ 2 bilhões, o que deve estar muito próximo da realidade. E sabe-se que chegamos a isto porque o PMDB forçou a extensão do congelamento de preços decretado pelo Plano Cruzado até a véspera das eleições de novembro, contra tudo que dizem os manuais de economia e contra tudo que diziam aos seus políticos os próprios economistas do partido. Como tinham permitido, junto com o congelamento de preços, dos salários, a maneira que estes políticos irresponsáveis encontraram para contornar a crise de abastecimento que resultou do desequilíbrio preços-salários foi importar bens de consumo para que a coisa toda só viesse a explodir depois das eleições. Assim ficamos sem reservas de moedas fortes e também sem produção suficiente, o que veio a comprometer também as nossas exportações e, consequentemente, o equilíbrio da nossa balança comercial. O magerrimo superávit de US\$ 105 milhões obtido em janeiro — menos de 10% do que obtivemos em maio de 86 (US\$ 1.340 bilhão), nossa melhor marca — mostra suficientemente o quanto é grave esta situação. É tão grave que o que ela configura é, de fato, o iminente estado de inadimplência do País (que já vem atrasando os pagamentos externos), o que, de qualquer maneira, o levará a algum tipo de moratória com os credores. Não porque assim o desejem os políticos do PMDB ou o presidente ou quem quer que seja, mas simplesmente porque a irresponsabilidade e a demagogia deles deixaram nossa economia num tal estado de prostração que não há mesmo dinheiro com que continuar honrando nossos compromissos.

Ora, seria de se esperar que, diante de um fracasso tão metílico e completo, nossos governantes e os políticos que os empurram para este fracasso adotassem uma postura de humildade, agradecessem a Deus por viverem num país tão lasso de costumes que lhes permite continuar onde estão depois de tudo isso, desistissem de vez da filosofia intervencionista com que nos empurram para este buraco e dessem uma oportunidade ao mercado para corrigir o que eles têm demonstrado serem incapazes de corrigir.

Mas não. Continua havendo, entre os responsáveis por toda esta catástrofe, os que tentam apresentar a moratória inevitável, ditada pelos fatos que são fruto da sua irresponsabilidade, e que nos vai custar ainda mais dificuldades do que as que já temos, como mais um argumento de propaganda política, tentando emprestar-lhe uma conotação de atitude livre e "soberanamente" decidida! Continua havendo, entre os responsáveis por toda esta catástrofe, quem, diante dos escombros das últimas intervenções e do último congelamento, fale em mais intervenções e em novo congelamento!

O sr. Ulysses Guimarães, sob cuja liderança o PMDB tem, até aqui, se recusado a colaborar com o governo, pesar dos reiterados apelos do presidente Sarney aos quais ele só respondeu com tentativas casuísticas de encurtar o seu mandato, disse anteontem, pensando, naturalmente, nas novas intervenções com que pretende evitar os efeitos das primeiras (não para a economia brasileira mas para a sua "popularidade"), que "o PMDB é todos os brasileiros patriotas (grifo nosso), menos os mal-intencionados que não colaboram com o governo" (idem), estão interessados em resolver o problema econômico". E sobre este problema econômico, disse o seguinte: "Existem quatro bestas do Apocalipse: os juros, a inflação, a recessão e o endividamento externo".

Ora, a inflação é apenas a resultante do vezo do governo de gastar mais do que arrecada e de expandir a base monetária (imprimir dinheiro sem lastro) para cobrir a diferença. O endividamento externo é apenas

juros partem deste patamar fixado pelo governo; partem das taxas que ele tem que oferecer para conseguir financiar-se. E, finalmente, a recessão é apenas a consequência prática desse círculo vicioso, quando ele se rompe.

Só existe, portanto, uma "besta do Apocalipse", e ela se chama governo. O sr. Ulysses Guimarães sabe disso. Mas como ele é o governo, não pode admiti-lo. Assim, para eximir-se de sua responsabilidade, tenta "nos fazer a todos de bestas", apontando-nos "bodes expiatórios". Escolhe ora os banqueiros, ora os credores, ora os empresários, ora todos eles juntos, conforme a conveniência do momento. Aliás esta última de "confiscar o lucro dos banqueiros" é de mestre: seria uma maneira cínica do governo faturar as distorções que ele mesmo cria, aumentando a sua arrecadação, e dos políticos faturarem mais um "ato justiciero contra os ricos"...